



COMPANHIA DE ABASTECIMENTO
★ SANTO ANDRÉ ★

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2016



Julho/2017

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução-----	03
II. Relatório dos Auditores Independentes -----	04 a 06
III. Balanço Patrimonial -----	07
Ativo -----	07
Passivo-----	08
IV. Demonstração do Resultado do Exercício -----	09
V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido -----	10
VI. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis -----	11 a 14
VII. Relatório Circunstanciado da Auditoria-----	15 a 25

Campinas, 26 de julho de 2017.

À

Diretoria da

CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ.

Estivemos nas dependências da **CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial;

Demonstração de Resultado do Exercício;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

Demonstração dos Fluxos de Caixa;

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis; e

Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria da

CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, devido a importância dos assuntos discutidos no parágrafo base para opinião adversa, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para emissão do relatório adverso

A companhia, em 31/12/2016, apresentou o saldo em contas a receber no valor de R\$ 27,763 milhões. Apuramos que na composição das contas a receber existem valores vencidos há longa data e que são de difícil liquidação, os valores de difícil liquidação correspondem aproximadamente vinte por cento do total das contas a receber, ou seja, R\$ 5,552 milhões, dos quais noventa e nove por cento, aproximadamente, são créditos antigos a receber da Prefeitura Municipal de Santo André. Consequentemente o ativo circulante da companhia está supervalorizado em R\$ 5,552 milhões, que são os créditos de difícil liquidação não provisionados.

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Chamamos a atenção para às demonstrações contábeis, que indica que a companhia obteve prejuízo de R\$ 21,707 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o prejuízo acumulado é de R\$ 74.378 milhões e o passivo a descoberto é de R\$ 68,351 milhões. O passivo circulante da empresa excedeu o total do ativo circulante em R\$ 68,465 milhões, ainda, os principais indicadores econômico e financeiro estão fora dos padrões de normalidade e indicam a insolvência da companhia. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da empresa. As demonstrações contábeis da companhia foram elaboradas partindo do pressuposto de continuidade operacional. Nossa opinião está ressalvada em relação a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas



Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de julho de 2017.



CRC2SP023856/O-1

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3



**CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO
INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ**
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

ATIVO	2016	2015
Circulante		
Disponível	282.556	404.585
Clientes e usuários	27.763.318	24.700.116
Impostos a recuperar / compensar	36.070	761.824
Estoques	757.459	29.804
Despesas antecipadas	12.867	609.856
Adiantamentos a Funcionários	555.035	13.648
Mercadorias de Terceiros em n/ poder	1.141.089	406.600
Total do ativo circulante	30.548.395	26.519.832
<u>Não Circulante</u>		
Depósitos judiciais	136.894	(328)
Imobilizado	17.540.754	17.056.098
(-) Depreciação Acumulada	(10.809.223)	(9.559.688)
Garantias Contratuais		573.021
Total do Ativo Não Circulante	6.868.425	8.069.103
TOTAL DO ATIVO	37.416.820	34.588.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO
INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ**
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
Circulante		
Fornecedores	46.172.328	46.527.663
Férias e 13º Salários a Pagar	2.476.831	2.532.334
Provisão p/contingências tributárias	17.340.457	-
Provisão p/contingências cíveis	6.534.500	663.847
Provisão p/contingências trabalhistas	2.261.050	1.798.887
Encargos sociais a recolher	3.403.035	3.451.033
Obrigações fiscais e tributárias	18.554.860	18.273.783
Obrigações trabalhistas	8.932	10.233
Contas a pagar (Outras Ctas. A Pagar)	-	212.533
Receitas de Aluguéis Recebidas Antecipadamente	1.121.113	
Juros a Apropriar	-	765
PMSA-Estoque de terceiros em nosso poder	1.141.090	-
Total do passivo circulante	99.014.195	73.471.078
Passivo Não Circulante		
Parcelamento de Tributos L.P.	923.555	1.059.656
Receitas de Aluguéis Recebidas Antecipadamente	5.745.088	6.129.640
Caução -Garantias contratuais	85.866	573.021
Total do passivo não circulante	6.754.508	7.762.317
Patrimônio Líquido		
Capital social	6.026.800	6.026.800
Reserva de capital	79	79
Prejuízos Acumulados	(74.378.763)	(52.671.340)
Total do Patrimônio Líquido	(68.351.884)	(46.644.461)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.416.820	34.588.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO
INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)**

	2016	2015
RECEITA BRUTA	83.295.858	80.646.266
Repasse Governamentais	74.439.578	
Permissões de Uso	8.856.280	
DEDUÇÕES		
(-) Operações Canceladas	(153.743)	(175.536)
(-) Tributos	(747.275)	(619.160)
RECEITA LIQUIDA	82.394.840	79.851.571
(-) Custo de Convênios, Serviços e Alimentações Fornecidas	(45.777.998)	(65.114.284)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	36.616.842	14.737.287
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(33.140.546)	(15.080.037)
(-) Outras Despesas	-	(907)
+ Outras Receitas	105.250	-
(-) Despesas com Provisões Contingenciais:		
Tributárias:	(17.340.457)	-
Cíveis:	(5.869.700)	-
Trabalhistas:	(462.163)	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(20.090.774)	(343.657)
+ Receitas Financeiras	257.710	260.785
(-) Despesas Financeiras	(1.874.359)	(1.223.214)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSSLL	(21.707.423)	(1.306.086)
(-) Provisão para I.R. e C.S.S.L.L.		
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(21.707.423)	(1.306.086)
Lucro atribuído a:		
Sócios detentores do Capital	(21.707.207)	(1.306.073)
Sócios não controladores	(216)	(13)
Quantidade de ações	6.026.800	6.026.800
LUCRO / PREJUÍZO POR AÇÃO	(4)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CRAISA - COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)**

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESULTADO ACUMULADO	PASSIVO A DESCOBERTO
		CORR. MONETÁRIA DO CAPITAL			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.026.800	79		(51.394.199)	(45.367.320)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	6.026.800	79		(1.306.086)	(1.306.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.026.800	79		(52.700.285)	(46.673.406)
Ajuste de Exercício Anterior	-	-		28.945	28.945
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-		(21.707.423)	(21.707.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.026.800	79		(74.378.763)	(68.351.884)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE
SANTO ANDRÉ**

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
2016/2015.**

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Regional de Abastecimento Integrado Santo André-CRAISA é uma sociedade de capital público, cuja gestão, a partir de 11 de junho 1990 compete a Prefeitura de Santo André, nos termos da Lei Municipal 6.639 de 11/06/1990, A Companhia tem sua sede na Av. dos Estados, 2195 Santa Teresinha - Santo André - SP.

A Companhia administra o convênio Programa Municipal de Alimentação Escolar da Prefeitura de Santo André, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento na aquisição, elaboração e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referente às escolas municipais localizadas na cidade.

Além disso, a CRAISA executa a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissionamento de espaço nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados, Varejões e Sacolões destinados a comercialização, distribuição e colocação de produtos hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A CRAISA executou, até novembro de 2016, através de Termo de Cooperação assinado junto a Prefeitura de Santo André, o programa de Segurança Alimentar "Banco de Alimentos" que tinha por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em empresas e eventos. Todas as doações que chegavam ao Banco de Alimentos passavam por uma análise técnica e depois eram distribuídas para entidades assistenciais da cidade. Esse programa, conforme mencionado, foi suspenso em novembro de 2016, por determinação da gestão anterior.

2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Legislação Societária - Lei nº. 6.404/76 e suas alterações. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Passamos a adotar também, a partir

desse exercício e naquilo que é aplicável, as Normas Internacionais de Contabilidade, mais comumente conhecidas como International Financial Reporting Standards (**IFRS**),

3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O CÁLCULO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE:

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, o conceito de ajuste a valor presente é aplicado pela Companhia para ativos e passivos não circulantes e para os circulantes relevantes quando tenham juros implícitos ou explícitos embutidos. Não houve ajustes relevantes que merecessem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 - ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis são utilizadas para mensuração e reconhecimento dos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, bem como, a provisão para contingências vinculadas a processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia passou, a partir desse exercício, a revisar suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

5 - ESTOQUES

Os estoques de alimentos estão demonstrados ao custo médio de aquisição.

6 - RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com regime contábil de competência do exercício.

7 - PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

O prejuízo do Exercício no montante de R\$ 21.707.423, foi ocasionado principalmente pela apropriação da provisão para contingências referente às ações que tramitam na justiça contra a CRAISA, desde o exercício de 1997 até o presente, e para as quais não estavam sendo feitas as devidas análises pela área jurídica e registro pela contabilidade, conforme determina a legislação contábil em vigor (CFC-NBC TG 25(R1)). Demonstramos abaixo:

8 - CONTINGÊNCIAS

Trabalhistas/Cíveis/Tributárias:

	2016 - R\$	2015 - R\$
TRABALHISTAS	2.261.050	1.798.887
CÍVEIS	6.534.500	663.847
TRIBUTÁRIAS	17.340.457	-
TOTAL	26.136.007	2.462.735

9 - IMOBILIZADO/DEPRECIAÇÃO

Está composto pelas seguintes contas:

	Total 2016 - R\$	Total 2015 - R\$
Prédios e Benfeitorias	12.290.552	12.190.587
Instalações	2.693.778	2.517.069
Máquinas Aparelhos/Equipamentos	1.649.875	1.456.383
Móveis e Utensílios	576.728	570.338
Veículos	83.571	83.571
Total	17.294.504	16.817.948
Rede e Programa de Informática	246.250	238.150
TOTAL GERAL	17.540.753	17.056.098

Depreciação/Amortização Acumulada	Taxa	Total 2016 - R\$	Total 2015 - R\$
Prédios e Benfeitorias	4 e 10%	7.345.440	6.544.694
Instalações	4 e 10%	1.683.305	1.553.930
Máquinas Aparelhos/Equipamentos	10%	1.126.697	873.987
Móveis e Utensílios	10%	421.507	400.261
Veículos	20%	77.090	74.211
Total Depreciação Acumulada		10.654.039	9.447.083
Rede e Programa de Informática		155.184	112.605
TOTAL IMOBILIZADO		10.809.223	7.496.410

No ano de 2016, não houveram baixas relevantes no Imobilizado.

Quanto as adições, foram acrescentados ao nosso patrimônio nesse exercício, itens que importaram num total de R\$ 418.958,14. Destacamos os de maiores valores:

CONTA	DESCRIÇÃO	Total 2016 - R\$
132.60.003	BENFEITORIAS	99.965
132.60.010	INSTALAÇÕES	176.710
132.60.035	EQUIPTOS. PROC. DADOS	97.780

NOTA:

Com relação ao teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), não há exigências legais para a implementação do referido teste pela CRAISA e, embora reconheçamos a sua utilidade, o custo x benefício não justifica por ora a sua realização, pois não se tem intenção de venda de imobilizado e, por outro lado, a aplicação desse teste demandaria a contratação de uma empresa especializada, com alto custo para a Craisa, não oportuno no momento.

10 - CAPITAL SOCIAL

Representa o capital 6.026.800/ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma composta:

Prefeitura Municipal de Santo André	6.026.739 Ações
SATrans – Empresa de Transporte	61 Ações
Total	6.026.800 Ações

A Companhia adota a prática de contratar cobertura de seguros para cozinha central e restaurante na sede, quanto a riscos diversos. Os demais valores do imobilizado e os estoques estão sem cobertura.

11 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nossas disponibilidades estão distribuídas nas seguintes contas:

Caixa	3.737
Bancos Conta Movimento	13.124
Aplicação Liquidez Imediata	265.695
Total	282.556

12 - RECEITAS

Nossa Receita está representada por, aproximadamente, 11% dos valores oriundos de permissionários (R\$ 8,9 MM) e o restante por valores referente à repasses governamentais (R\$ 74,4 MM)

13 - DESPESAS GERAIS E CUSTOS

Das despesas gerais e administrativas, no montante de R\$ 33,1 MM, 75% são geradas pela conta de salários e respectivos encargos. Quanto aos custos, são gerados pelos produtos adquiridos para produção dos alimentos e pelos serviços prestados por terceiros totalizando um gasto anual de R\$ 45,8 MM.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa empresa para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma empresa, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

2. DISPONIBILIDADES

2.1 Caixas

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os boletins de caixa e fundo fixo em 31/12/2016, não constatando divergências, a saber:

DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
FUNDO FIXO - DAF	2.026,29
FUNDO FIXO DIRETORIA DE A	1.710,95
TOTAL	3.737,24

2.2 Bancos – Contas Correntes e Aplicações Financeiras

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os extratos, e também analisamos as conciliações bancárias em 31/12/2016. A composição das contas bancárias está demonstrada abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
B.B. - 6441.6 - PRINCIPAL	4.532,70
B.B. - 6641.9 - AMBULANTE	1.500,00
B.B.-7241-9- FEIRANTES/RE	7.090,83
TOTAL BANCOS	13.123,53
BANCO DO BRASIL - APLICAC	182.749,71
B.B. - 6341-X - MERCADO P	82.945,23
TOTAL APLICAÇÕES	265.694,94

As diferenças apontadas estão detalhadas em mapas de conciliações internas.

Recomendamos efetuar uma revisão nas conciliações bancárias para que sejam procedidos os ajustes nas contas que apresenta pendências de longa datas, sendo baixada para conta de resultado, conforme o caso.

3. CONTAS A RECEBER

3.1 Composição das contas a receber

Nas demonstrações contábeis de 2016 a CRAISA apresentou os seguintes valores a receber:

DESCRIÇÃO CONTÁBIL	SALDO CONTÁBIL	SALDO FINANCEIRO	DIFERENÇA
CONTAS A RECEBER / CLIENTES	25.851.946,47	24.929.333,46	922.613,01
CONTAS A RECEBER / REEMBOLSOS	-	-	-
CONTAS A RECEBER / OUTROS	414.447,56	297.318,27	117.129,29
OUTROS CRÉDITOS	109,49	-	109,49
PERMISSIONARIOS - MERCADO	875.999,82	897.357,81	(21.357,99)
PERMISSIONARIOS - SACOLAO	351.813,03	351.813,03	-
FEIRANTES	204.422,10	269.272,18	(64.850,08)
AMBULANTES	64.579,06	105.150,01	(40.570,95)
TOTAIS	27.763.317,53	26.850.244,76	913.072,77

Recomendamos efetuar uma conciliação dos valores contabilizados com a posição financeira de contas a receber, pois o contábil deve estar sempre consistente com os controles analíticos dos departamentos correspondentes.

3.1 Provisão para devedores duvidosos (Perdas com créditos)

Ressaltamos que a companhia deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

Recomendamos uma conciliação completa das contas a receber, para apurar o valor da provisão para perdas sobre os valores vencidos, se aproveitando para reduzir os recolhimentos de IRPJ e CSLL.

4. ESTOQUE

Confrontamos o Relatório de Estoques com o saldo contábil em 31/12/2016, a saber:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
GENEROS ALIMENTÍCIOS – AE	201.170,95
HIGIENE E LIMPEZA – AE	178.167,00
UNIFORMES – AE	285.729,23
IMPRESSOS E MAT. ESCRITÓRIO	20.598,11
MATERIAIS AUXILIARES – AE	21.079,15
MATERIAL DE EMBALAGEM – A	50.477,34
UTENSÍLIOS DE COZINHA – A	237
TOTAL ESTOQUES	757.458,78
MERCADORIAS DE TERCEIROS	1.141.089,48
TOTAL GERAL	1.898.548,26

5. DEEMED COST e TESTE DE IMPAIRMENT.

Apuramos que a administração da companhia não efetuou o "deemed cost" e tampouco o "teste de impairment", constantes nas novas normas contábeis.

O Deemed Cost somente pode ser realizado na adoção inicial das novas normas contábeis.

O Deemed Cost não era obrigatório, mas era altamente recomendado, pois atualizaria o ativo imobilizado das entidades, já corroídos pela inflação (a correção monetária do ativo imobilizado foi proibida desde 1996) e por uma depreciação elevada permitida pelas taxas da Receita Federal.

Desde janeiro de 2010, com base no pronunciamento técnico CPC 27 (IAS 16), as sociedades devem adotar a vida útil econômica estimada de seus ativos imobilizados como prazo para fins de reconhecimento de depreciação. Nesse processo, estima-se o valor a ser obtido com a venda do bem ao fim de sua vida útil (valor residual), e essa parcela não deverá ser depreciada.

Devido às taxas de depreciação determinadas pela Receita Federal, muitas sociedades possuem ativos com estimativas de vida útil econômica muito distorcida em relação à realidade operacional. São ativos que, apesar de totalmente depreciados ou em estado de depreciação avançada, vão continuar operando e conseqüentemente, gerando benefícios econômicos para a sociedade.

Segundo o ICPC 10, o valor residual e a vida útil de um ativo deverão ser revisados pelo menos ao fim de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como alteração de estimativa contábil, de acordo com o CPC 23.

Além da revisão da vida útil e da determinação do valor residual, anualmente deverá ser identificado o valor recuperável dos ativos, conforme determinado pelo CPC 01 e, caso existam indicadores de desvalorização, o *impairment* será contabilizado no resultado.

Com a adoção do ICPC 10, o ativo imobilizado poderá ser mensurado pelo critério do custo atribuído ("*deemed cost*") no momento da adoção inicial do CPC 27.

A norma não exige a contratação de especialistas para elaboração dos laudos que suportarão os ajustes e as avaliações tratados anteriormente. No entanto, devido aos aspectos técnicos que os envolve, esse é um procedimento recomendável.

Com a adoção do *Deemed Cost*, a vida útil remanescente e o valor residual previsto serão fundamentais para a definição do novo valor depreciável e da nova taxa de depreciação.

O ajuste deveria ser contabilizado em conta do Patrimônio Líquido, denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial".

Para a Sociedade que adotar o *Deemed Cost*, a primeira análise periódica da vida útil econômica será a mesma da data de transição. As demais sociedades deverão realizar análises do seu imobilizado com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica para o cálculo da depreciação e determinação do valor residual, este procedimento será considerado com uma mudança de estimativa e produzirá efeitos prospectivos a partir da data da revisão.

Ainda de acordo com o CPC 27, a sociedade tem a possibilidade de reconhecer como imobilizados os custos de desmontagem e remoção (desmobilização, desativação, demolição ou desmantelamento) a serem efetuados no futuro. Esses custos devem ter como contrapartida uma conta de provisão e ser depreciados até o fim da vida útil do ativo correspondente.

O Teste de Impairment (verificação anual sobre os valores do ativo imobilizado em relação ao valor de mercado) sobre imobilizado não foi efetuado em 2016. O Ativo Imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os intangíveis, deverão ser revistos no exercício de 2017, para identificar eventuais perdas ou valor contábil que não pode ser recuperável. (Lei nº 11.638/07, artigo 173, § 3º; Resolução CFC 1.315/10 e CPC 01).

O Valor recuperável de um ativo, ou seja, sua capacidade em trazer benefícios econômicos para a empresa equivale ao maior preço apurado entre o seu Valor Líquido de Venda e o seu Valor em Uso.

De acordo com o CPC 01 (R1), o Valor Líquido de Venda é definido a partir da formalização de um preço, através de contrato de venda, que envolva partes interessadas, deduzindo-se todos os custos de venda diretamente atribuíveis.

O Valor em Uso define-se como o valor estimado dos fluxos de caixa futuros esperados, trazidos a valor presente por meio de uma taxa de desconto.

Recomendamos que a Companhia adote as normas legais e contábeis em relação a seu ativo imobilizado.

6. CONTAS A PAGAR (FORNECEDORES)

Tivemos acesso as conciliações contábeis da conta de fornecedores que foram elaboradas através das notas fiscais levantadas pela contabilidade e registradas nos razão contábeis individuais de cada fornecedor, e verificamos a consistência com os relatórios analíticos emitidos pelo setor financeiro, sendo apurado a seguinte diferença:

CONTÁBIL	FINANCEIRO	DIFERENÇA
46.172.328,00	45.186.336,34	985.991,66

Nossa recomendação é para que se faça uma conciliação completa entre os registros existentes no financeiro e os registros contábeis, para que sejam identificadas as divergências existentes e que se providenciem os devidos ajustes contábeis, pois os valores existentes em demonstrações contábeis têm sempre que espelham a realidade e serem consistentes com o financeiro.

7. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

Nas demonstrações contábeis de 31/12/2016 a composição desta conta era a seguinte.

DESCRIÇÃO	2016 - R\$
TRABALHISTAS	2.261.050
CÍVEIS	6.534.500
TRIBUTÁRIAS	17.340.457
TOTAL	26.136.007

Os Relatórios do Departamento Jurídico apresentaram as seguintes situações para as contingências judiciais:

TRABALHISTA	
POSSÍVEL PERDA	1.043.600,00
PROVÁVEL PERDA	2.261.050,70
REMOTA PERDA	109.110,00
TOTAL	3.413.760,70

CIVIL	
POSSÍVEL	60.135,68
PROVÁVEL	15.725.159,31
REMOTA	1.337.688,27
TOTAL	17.122.983,25

TRIBUTÁRIAS	
POSSÍVEL	783.882,28
PROVÁVEL	17.340.456,65
REMOTA	14.226.262,13
TOTAL	32.350.601,06

Do total das ações civis R\$ 9.610.715,02 estão contabilizados na conta dos fornecedores reclamantes.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

A companhia apresentou em 31/12/2016 em seu passivo circulante um montante de R\$ 18.081.240,87 de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher, que são oriundos dos exercícios de 1993 e 1994. A cobrança dos valores dos impostos e contribuições foram contestadas pela CRAISE, naquela época e, em 2016. Conforme relatório do departamento jurídico os embargos foram julgados procedentes para extinguir a execução fiscal - trânsito em julgado do acórdão em 22/03/2016.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	13.919.621,23
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.161.619,64
TOTAL	18.081.240,87

Recomendamos dar baixa do valor provisionado referente a parcela do Imposto de Renda, que já teve a ação julgada procedente e transitada em julgado.

9. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **CRAISA – COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros que necessitam de aprimoramentos.

Um manual completo de controles internos, devidamente formalizado por escrito, aprovado, conforme comentado no item 1 (um) deste relatório circunstanciado, deve ser implantado e integrado por sistema informatizados, para garantir um dos pilares da Governança Corporativa.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.